

LEI DESCUMPRIDA

Semadur deverá fiscalizar cobrança por consumo de gás

Prefeito Marcos Trad admitiu não conhecer o problema antes da publicação de reportagem

ALINY MARY DIAS E
LUCIA MOREL

O prefeito de Campo Grande, Marcos Trad, afirmou ontem que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur) deverá fiscalizar o cumprimento de lei estadual que determina cobrança individualizada do consumo do gás em condomínios. Atualmente, essa lei é ignorada pelos condomínios, que fazem cobrança indiscriminada do uso do insumo. Marcos Trad admitiu que desconhecia o assunto antes da publicação da matéria do **Correio do Estado**.

“Vivemos num país com regras para serem obedecidas, se é uma lei, é cumprida. Semadur, que é o órgão competente, deve se inteirar do assunto e colocar os fiscais, na medida

da possibilidade, para verificar os apartamentos. Não sei se já está sendo feito ou não, é a primeira vez que estou vendo uma matéria dessa natureza”, afirmou o prefeito.

IRREGULARIDADE

Ainda em fase de edificação, empreendimentos de grandes construtoras em Campo Grande preveem cobrança de valor fixo pelo fornecimento de gás de cozinha encanado, independentemente da quantidade utilizada no mês, incluso na mensalidade do condomínio. Essa prática ignora a Lei Estadual 3.524/2008, que obriga novos prédios e conjuntos a instalar medidores de consumo de gás de cozinha individualizados nos apartamentos.

Um dos exemplos de descumprimento da regulamen-

“

Não sei se já está sendo feito ou não, é a primeira vez que estou vendo uma matéria dessa natureza”

Marcos Trad,
prefeito de Campo Grande

tação é um condomínio no Jardim Seminário, na região norte da Capital. O local ainda não foi entregue, mas já comercializa suas unidades.

De acordo com vendedores da construtora respon-



VALDENIR REZENDE

AÇÃO. Ontem, Marcos Trad afirmou que lei deve ser cumprida e que Semadur fiscalizará cobrança

sável pelo empreendimento, o valor da mensalidade de condomínio será fixado em R\$ 200, com consumo de gás incluso na taxa, ou seja, um morador que utiliza certa quantidade por mês vai pagar o mesmo que outro morador que gaste mais, ou menos, que seu vizinho.

A prática é adotada em outro conjunto habitacional da mesma construtora, lançado em 2009 e localizado no Bairro Tiradentes, região sudeste de Campo Grande. A taxa de condomínio é fixada em R\$ 194,25, na qual está inserido valor pelo consumo de gás – comprado por quilo pelo empreendimento.

LEI

A Lei Estadual 3.524/2008, de autoria do então deputado estadual Paulo Duarte, visa “garantir maior segurança ao consumidor e proporcionar clareza e transparência nas informações quanto à medição da quantidade de gás que efetivamente tenha consumido”. Ainda segundo o texto, a medida foi formulada para tornar efetivas as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

De acordo com Paulo Duarte, a lei foi proposta na esteira do crescimento de novas iniciativas imobiliárias no Estado. “Começou a ter uma demanda muito grande e pre-

cisávamos atualizar a legislação no que diz respeito aos direitos do consumidor. É uma questão de justiça. Não pode um morador sozinho pagar a mesma coisa que uma família de sete pessoas, por exemplo”, explica.

Ainda conforme a normativa, os consumidores de gás natural ou gás liquefeito de petróleo (GLP) têm direito de obter a instalação de medidores de consumo individuais mesmo em edifícios construídos em data anterior à vigência da lei. A prestação desse serviço cabe à empresa fornecedora do gás, que fica sujeita à multa em caso de desobediência.

SAÚDE

Santa Casa propõe fechamento definitivo do pronto-socorro

NATALIA YAHN

Em meio ao impasse relativo ao recebimento de recursos da Prefeitura de Campo Grande, a Santa Casa considera o fechamento definitivo do pronto-socorro (PS). Esta é uma das cinco propostas – todas recusadas – feitas pelo maior hospital de Mato Grosso do Sul à Secretaria Municipal de Saúde (Sesau). Hoje, a Santa Casa tem reunião marcada com o município para discutir o assunto. O hospital reivindica aumento do repasse mensal de R\$ 4,6 milhões para R\$ 7 milhões, reajuste que, para a prefeitura, é injustificável.

A negociação para formalizar a contratualização entre município e hospital já dura meses e até agora não teve desfecho. Na semana passada, durante reunião entre Sesau e Santa Casa, cinco propostas foram apresentadas e todas rejeitadas. O hospital ofereceu manter e encerrar o atendimento no PS; diminuir o repasse e, consequentemente, o atendimento de maneira geral; manter o repasse



PAULO RIBAS

NEGOCIAÇÃO. Santa Casa de Campo Grande afirma não ter condições financeiras de manter setor e propôs fechá-lo

atual e diminuir os serviços prestados; e ainda a proposta do aumento de repasse.

PACIENTES

O problema é sentido diretamente pelos pacientes. A dona de casa Teresina Aparecida Dantas, 53 anos, está desde maio do ano passado tentando fazer uma histerectomia (cirurgia para remover o útero ou parte dele). “Tenho um mioma, muita hemorragia. Já perdi até proposta de emprego por causa disso. Agendaram mi-

nha cirurgia na Santa Casa, no dia 16 de fevereiro, mas desmarcaram um dia antes, alegando que não tinha material”.

SESAU

A Sesau afirma que “não dispõe de recursos para aumentar o repasse para a Santa Casa” e admite estar ciente da ameaça do hospital de paralisar os atendimentos. A secretaria também confirmou as dúvidas quanto ao real número de atendimentos na Santa Casa.

ÁGUAS GUARIROBA

Reparo em vazamento de adutora deixa 76 bairros de Campo Grande sem água

KLEBER CLAUJUS

Reparo de vazamento em adutora deixou, ontem, 76 bairros de Campo Grande sem água. A previsão era de que o abastecimento fosse normalizado na madrugada de hoje.

A interrupção, conforme a concessionária, ocorreu por vazamento na adutora que capta água do Córrego Guariroba. Técnicos estavam no local para corrigir o incidente.

Em nota, a concessionária informou que unidades de saúde

e casos emergenciais seriam atendidos por caminhões-pipa. Também orientou economia no uso da água.

A relação completa dos bairros que ficaram desabastecidos está no **Portal do Correio do Estado**.

CONVOCAÇÃO DA FCA

JEEP COMPASS, motorização 2.0 a DIESEL, ano/modelo 2016/2017



MODELOS	CHASSIS ENVOLVIDOS (não sequenciais)
EQUIPADOS COM O DISPOSITIVO DE CHAVE ELETRÔNICA (KEYLESS ENTER-N-Go)	988675116HKH00441 A 988675126HKH03941

A FCA - FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA. convoca os proprietários dos veículos JEEP COMPASS, motorização 2.0 a diesel, ano/modelo 2016/2017, equipados com o dispositivo de chave eletrônica (Keyless Enter-N-Go), para, a partir de 3 de abril de 2017, agendarem seu comparecimento a uma das concessionárias JEEP para que seja providenciada, gratuitamente, a configuração do sistema eletrônico de controle do motor dos veículos.

Foi detectado que o dispositivo que permite o desligamento do motor, quando a alavanca de câmbio estiver numa posição diferente de P (estacionamento) e a velocidade do veículo for superior a 8 km/h, não está habilitado.

Em caso de tentativa de utilização, pelo condutor, do referido dispositivo, o seu não funcionamento conforme previsto no manual poderá aumentar o risco de colisão, com consequentes danos físicos e materiais ao condutor, passageiros e terceiros.

O tempo estimado de reparo é de 30 (trinta) minutos. Solicitamos-lhe que agende sua visita previamente na concessionária JEEP de sua preferência.

Para consulta dos números dos chassis envolvidos e/ou mais informações, contate a Central de Serviços ao Cliente JEEP pelo telefone 0800 703 7150 ou consulte www.jeep.com.br.

Com esta iniciativa, a FCA visa assegurar a satisfação de seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca JEEP.



Pedestre, use sua faixa.